

## Reforma do Judiciário tem votação decisiva na CCJ

A reforma do Judiciário tem votação decisiva amanhã, quando os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião prevista para as 10h, analisam aproximadamente 160 destaques ao relatório do senador José Jorge sobre a proposta que tramita no Senado. O texto básico da reforma foi aprovado pela comissão na semana passada e, agora, com o exame das emendas, estará pronto para a deliberação do Plenário.

Página 3



Waldemir Rodrigues

### Tebet e Paim cobram solução para PEC paralela na Câmara

A votação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda constitucional que atenua os efeitos da reforma da Previdência – chamada de PEC paralela – foi solicitada ontem pelos senadores Paulo Paim e Ramez Tebet. Paim anunciou intenção de procurar líderes do governo na Câmara para tratar do assunto.

Página 5

## Plenário deve analisar medidas provisórias para liberar a pauta

MPs que disciplinam porte de armas de fogo por integrantes de guardas municipais e revisão de planos de saúde estão na ordem do dia do Senado

Medida provisória (MP) que permite aos integrantes das guardas municipais de cidades com mais de 50 mil habitantes e menos de 500 mil habitantes portar armas de fogo, quando em serviço, é uma das 13 que estão trancando a pauta do Plenário nesta semana. Desse total, sete medidas

provisórias foram alteradas pela Câmara dos Deputados, o que resultou em projetos de lei de conversão. Também está na pauta a MP que fixa as diretrizes a serem observadas na adaptação de contratos de planos privados de assistência à saúde firmados até 2 de janeiro de 1999.

Página 3

### Mesquita Júnior pede exame de 180 vetos presidenciais

O senador Geraldo Mesquita Júnior cobrou ontem a votação pelo Congresso Nacional de aproximadamente 180 vetos presidenciais a diversos textos de leis aprovadas nos últimos anos. Um desses vetos – do então presidente Itamar Franco, em 1994 – está completando dez anos e não foi examinado.

Página 7

## Valmir Amaral destaca qualidades da indústria naval

O país dispõe de condições favoráveis para impulsionar o setor da construção naval, o que demonstram os investimentos em tecnologia e a implementação de políticas fiscais para o setor. A opinião é do senador Valmir Amaral (PMDB-DF), que ressaltou as potencialidades da indústria naval

Arquivo



Para Valmir Amaral, setor gera empregos

para o crescimento da economia e a geração de empregos. Ele enfatizou também o incentivo que a Petrobras tem dado ao setor naval. Duas das iniciativas anunciadas pela empresa dizem respeito à reposição da frota de petroleiros e à construção de mais de 80 navios de apoio às atividades da produção de petróleo, nos próximos dez anos. As decisões devem gerar entre 35 mil e 70 mil empregos, informou.

Valmir Amaral observou que 80% do comércio internacional são realizados pelos oceanos, o que equivale a US\$ 4,8 trilhões ao ano em mercadorias negociadas. Como os fretes representam cerca de 10% do valor dos bens transportados, o segmento recebe em torno de US\$ 480 bilhões.

Aproveitando a oportunidade, o senador pelo Distrito Federal cumprimentou o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, que comemorou 96 anos de fundação no último dia 7 de março.

# Agenda

## Plenário discute hoje medidas que trancam a pauta de votações



As medidas provisórias e os projetos de conversão que trancam a pauta do Plenário voltam a ser discutidos hoje, às 14h30. A primeira proposta (MP 148/03) estabelece metas a serem observadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar para programas de adaptação de contratos firmados até 2 de janeiro de 1999, visando facilitar o acesso dos consumidores às garantias previstas em lei.

## Sarney recebe o presidente do Senado do Paraguai

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h, o senador Carlos Mateo Balmelli, presidente do Senado e do Congresso Nacional do Paraguai; às 12h, o ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

## Presidente da Caixa fala sobre contrato com a GTech

O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Jorge Mattoso (foto), participa hoje, às 10h, de audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Ele presta esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades



na renovação de contrato entre a GTech Brasil, empresa que fornece equipamentos para loterias, e a CEF, envolvendo o ex-chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz.

## CAE analisa projeto sobre financiamento de curso superior

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne hoje às 10h, projeto (PLS 52/03) que permite a utilização de verbas do Fundo

de Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio dos sindicatos de trabalhadores, para o financiamento de cursos de graduação. Na quinta-feira, a

CAE deve ouvir o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

## Construção de gasodutos em exame

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) discute hoje, às 11h, o andamento dos projetos para a construção do Gasoduto Camamu (Salvador) e do Gasoduto Sudeste/Nordeste (Gasene). Participam da reunião, entre outros, o presidente da Gaspetro, Djalma Rodrigues, e o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme Estrela.



## Audiências públicas

O ministro da Educação, Tarso Genro, participa hoje, às 9h30, de audiência pública na Comissão de Educação (CE). O ministro fala sobre a reforma universitária. Às 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, que discute questões fundiárias no país, ouve o ouvidor-agrário nacional, Gersino José da Silva.

## Reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começa a analisar amanhã, em reunião às 10h, os cerca de 160 destaques apresentados pelos senadores ao projeto de reforma do Judiciário (PEC 29/00). Os principais pontos da reforma foram aprovados pelo colegiado na quarta-feira passada.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Fátima quer distribuidora de energia fora das privatizações

Projeto de lei apresentado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO) propõe a exclusão de empresas distribuidoras de energia do Programa Nacional de Desestatização (PND). Seriam excluídas a Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), a Companhia Energética do Piauí (Cepisa), a Companhia de Eletricidade do Amazonas (Ceam), a Companhia de Eletricidade do Acre (Eletoacre) e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal).



Fátima: empresa estratégica sob controle do Estado

A proposta, que aguarda distribuição pela Mesa, altera a Lei 9.491/97 e também exclui do PND empresas públicas que exerçam atividades de competência exclusiva da União.

– O objetivo é impedir a privatização de empresas estratégicas para o país – afirma Fátima.

## Jucá ressalta papel dos fundos de pensão

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) destacou o papel dos fundos de pensão brasileiros na retomada do desenvolvimento, especialmente por meio de investimentos em inovação tecnológica.



Jucá assinala investimento em novas tecnologias

Esse setor, afirma o senador, apresenta perspectivas ainda mais amplas para os investimentos das entidades de previdência complementar, que já têm atuação na formação de poupança e no financiamento do mercado de ações e do mercado imobiliário.

– Os investimentos voltados para a inovação revelam-se particularmente cruciais para nosso setor produtivo – disse Romero Jucá, ao registrar a realização do seminário “Investimentos em Inovação: Competitividade e Desenvolvimento Econômico”.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Mantega debate em audiência corte de verbas no Orçamento

Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) vão debater hoje, em audiência pública, o decreto que represou R\$ 6 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU) deste ano, atingindo grande parte das emendas dos parlamentares. A audiência pública será com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, a partir das 14h30.

Um dos pontos mais polêmicos, levantado pela assessoria técnica da comissão, é o argumento utilizado pelo governo para decretar o contingenciamento: de que haverá uma redução de R\$ 5,1 bilhões nas receitas estimadas na lei orçamentária anual em alguns dos principais tributos federais, como o Imposto de Renda, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A assessoria preparou nota técnica questionando a reavaliação feita pelo governo, que limitou a execução orçamentária do atual exercício a R\$ 60,8 bilhões, enxugando 8,9% dos recursos do OGU que podem ser contingenciados.

Outra questão que deve ser discutida com Mantega é que mais da metade do valor represado, no montante de R\$ 3,2 bilhões, refere-se a investimentos e inversões financeiras, exatamente onde está a maioria das emendas dos parlamentares ao orçamento deste ano.

A pauta da comissão prevê ainda a votação do relatório do senador Sibá Machado (PT-AC) sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007, além de avisos com resultados de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), ofícios e requerimentos.



**EMENDAS** Guido Mantega explicará à CMO critérios sobre contingenciamento de verbas

# Comissão de Justiça vota amanhã emendas à reforma do Judiciário

■ Ao texto básico, aprovado na semana passada, senadores apresentaram cerca de 160 destaques

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começam a analisar amanhã, a partir das 10h, os cerca de 160 destaques apresentados ao relatório do senador José Jorge (PFL-PE) sobre a proposta de emenda à Constituição que reforma o Poder Judiciário. O texto básico do relatório foi aprovado na semana passada.

Entre os principais pontos, José Jorge manteve o dispositivo do texto oriundo da Câmara dos Deputados (PEC 29/00) que institui o Conselho Nacional de Justiça, órgão encarregado de exercer o controle externo das atividades do Judiciário. Conforme a proposta, o conselho não fará parte da estrutura do Judiciário. O Ministério Públi-



Moreira/Almeida

**MUDANÇAS** Relatório de José Jorge inclui quarentena e proibição a nepotismo

co também terá um colegiado similar, de acordo com a proposição.

O relator também manteve a criação da súmula vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Com esse instrumento, juízes de instâncias inferiores e a administração pública serão obrigados a seguir as decisões tomadas repetidas vezes pelo STF, com o

apoio de mais de dois terços dos ministros da corte.

### Recursos protelatórios

Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), José Jorge decidiu sugerir a adoção da súmula impeditiva de recursos. Editada com regras semelhantes à súmula vinculante, a súmula impeditiva fará com que, caso o magistrado julgue de maneira similar às decisões dos tribunais superiores, não caberão recursos. Caso o juiz tenha opinião diferente, as partes poderão recorrer.

– Com isso, haverá mais agilidade nas decisões e evitar-se-á a interposição de recursos com caráter meramente protelatório, já que cerca de 80% das causas julgadas pelo Supremo Tribunal Federal se referem a recursos repetitivos – argumenta José Jorge.

O relatório inclui, ainda, quarentena de três anos para que magistrados e membros do Ministério Público possam voltar

a advogar. Prevê também proibição de nomeação de parentes no Judiciário e no Ministério Público e a federalização dos crimes contra direitos humanos.

Um quadro classificando os destaques por tema ou por dispositivo vai orientar as discussões na reunião de amanhã, para facilitar a votação. Dessa forma, a votação de um destaque sobre determinado tema prejudicará os demais que tratam do mesmo assunto.

A CCJ, presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), tem outros 37 itens na pauta, incluindo matérias em caráter terminativo, que só poderão ser votadas amanhã caso a ordem do dia do Senado seja desbloqueada na sessão de hoje. Entre as propostas que dependem de parecer da comissão está o projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que torna mais rigorosa a punição para quem explora trabalho escravo (PLS 208/03).

## Senado pode decidir hoje sobre medidas provisórias

Medida provisória (MP) que permite aos integrantes das guardas municipais das cidades com mais de 50 mil e menos de 500 mil habitantes portar armas de fogo, quando em serviço, é uma das 13 que estão truncando a pauta do Plenário. Dessas medidas provisórias, sete foram alteradas pela Câmara dos Deputados, o que resultou em projetos de lei de conversão.

Segundo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a determinação contida na MP sobre guarda municipal é necessária, porque o dispositivo legal vigente inviabiliza que municípios de porte médio tenham agentes de segurança armados para proteger seu patrimônio.

Também está na pauta a medida provisória que atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos de planos privados de assistência à saúde firmados até 2 de janeiro de 1999.

Outras MPs que estão na or-



**SEGURANÇA** Entre as MPs que travam a pauta do Plenário está a que amplia o número de cidades cujas guardas podem usar arma de fogo

dem do dia são a que autoriza o Poder Executivo a doar vacinas contra a febre aftosa à Bolívia e a que altera a lei que institui o Programa de Arrendamento Residencial – destinado a financiar moradias para a população de baixa renda –, a fim de delegar ao Executivo a prerrogativa de fixar novos limites de valores para a aquisição de imóveis e para o respectivo fundo de arrendamento.

### Agências reguladoras

Para desbloquear a pauta, o Plenário tem de votar, ainda, as seguintes MPs: a que dispõe sobre a criação do Instituto Na-

cional do Semi-Árido; a que altera a legislação sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; a que institui a taxa de avaliação *in loco* das instituições de educação superior e dos cursos de graduação; a que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento; e a que trata de carreiras e organização de cargos efetivos das agências reguladoras.

Outras medidas provisórias na pauta do Plenário são a que modifica a legislação sobre o

auxílio-aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem; a que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); a que autoriza o Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco; e a que dispõe sobre a instituição de gratificação temporária para servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos das instituições federais de ensino.

### Fundef

Se a pauta for liberada, deverão ser votados na sessão de amanhã requerimentos relativos à tramitação de projetos. Para quinta-feira, está prevista a discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC 29/02) que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Também constam da pauta emendas da Câmara a projeto do Senado sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional e um projeto de decreto legislativo relativo à exploração de serviço de radiodifusão.

# Serys quer fortalecimento da universidade pública

Senadora propõe democratização do acesso e maior participação da sociedade

A senadora Serys Slhessa-renko (PT-MT) defendeu ontem o fortalecimento da universidade pública. Na avaliação da senadora, muitas destas instituições têm funcionado de forma precária, devido ao adiamento de investimentos. Dados do Ministério da Educação indicam que apenas para investimentos emergenciais nas universidades federais seriam necessários R\$ 340 milhões.

Serys citou compromissos que, segundo ela, devem fazer parte da reforma universitária que o governo estaria elaborando.

– O mais óbvio é a manutenção do acesso público à educação superior de qualidade. Isso significa dotar a universidade pública de meios que permitam a expansão de seu corpo docente e a melhoria constante da qualidade de seus serviços, sem prejuízo de seu caráter

ter marcadamente gratuito – afirmou.

A senadora também defendeu a adoção de mecanismos de democratização do acesso, a ampliação da participação da sociedade nas instituições, sem que isso interfira na autonomia universitária. Serys pediu que se tratem com cautela propostas de aumento das vagas por meio de apoio público às instituições privadas. Soluções como essa, ponderou, esbarram, por exemplo, na dificuldade de expansão em áreas como saúde ou tecnologia em geral, cujos cursos têm custos maiores.

– Se vamos conseguir financiar com dinheiro público a expansão das vagas em entidades privadas, que passarão a aten-



QUESTIONAMENTO “Por que não expandir as vagas no setor público?”

der as demandas do governo, por que não fazê-lo no setor público, pela simples recuperação das condições de trabalho nas universidades públicas já existentes? – questiona.

## Ministro debate hoje com senadores

O ministro da Educação, Tarso Genro, deverá comparecer hoje, às 9h30, à Comissão de Educação (CE) para discutir em audiência pública a reforma universitária. O comparecimento do ministro acontecerá graças a requerimento dos senadores Osmar Dias (PDT-PR), José Jorge (PFL-PE) e

Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Esses três senadores haviam apresentado requerimentos separados pedindo o comparecimento do ministro, mas os convites foram reunidos em um único e a data foi agendada para esta semana. Osmar Dias é o presidente da comissão.

# Flávio Arns propõe fundo de aval para facilitar acesso de aluno carente ao Fies

O senador Flávio Arns (PT-PR) quer resolver um dos principais entraves do acesso, pelos jovens de famílias carentes, ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), criado em julho de 2001 para substituir o extinto Crédito Estudantil, e que auxilia alunos matriculados em faculdades particulares a custearem suas mensalidades. Pelo projeto do senador paranaense (PL 15/04), um fundo de aval garantiria no valor anual de R\$ 100 milhões, a ser instituído pelo governo federal, dispensaria os estudantes da apresentação de fiadores, quando suas famílias não tiverem a renda mínima exigida nos contratos de crédito com a Caixa Econômica Federal.

Atualmente, 218 mil estudantes de 1.600 instituições de ensino superior são beneficiados com o Fies, que no ano passa-



ALCANCE Flávio Arns lembra que Fies beneficia 218 mil estudantes de 1.600 instituições

do aplicou R\$ 1,7 bilhão no financiamento desses jovens carentes. O fundo de aval contaria com verbas do Orçamento da União, doações de qualquer natureza e recursos transferidos por instituições governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais. Flávio Arns reconhece que o

fundo contribui para a redução das desigualdades sociais, mas acha que há obstáculos a serem removidos:

– O acesso tem sido dificultado pela exigência de fiadores com renda de, no mínimo, o dobro da mensalidade a ser financiada. Além disso, se a renda bruta da família do estudante for menor que 60% da mensalidade, é exigido um fiador adicional – explica o senador.

Com a criação do fundo de aval garantidor do Fies (Fafies, na definição do projeto), os recursos para os contratos de crédito seriam assegurados pelo governo, com eventuais riscos assumidos pelo fundo e limitados a seu patrimônio líquido.

A proposta de Arns tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De lá, se aprovada, seguirá para análise, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE).

# Azeredo critica “estatização” de 100 mil vagas no ensino superior

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou o projeto do governo federal de reivindicar para alunos carentes 100 mil vagas em instituições particulares de ensino superior. Ele pediu o registro nos Anais do Senado do artigo “Estatização ou Privatização”, de autoria do ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em 29 de fevereiro.

– O artigo mostra que o governo apresentou uma proposta na área de educação que estabelece o que chamou de “estatização” de 100 mil vagas nas universidades particulares, a serem destinadas a alunos carentes ou pertencentes às minorias raciais. Não há como escapar da verdade: trata-se de um processo de compra de vagas nas universidades particulares usando dinheiro público



SURPRESA Eduardo Azeredo estranha que PT faça proposta de compra de vagas

– afirmou Azeredo.

No artigo citado pelo senador, Paulo Renato diz que, com a sua proposta, o atual governo abandona “mais uma” das bandeiras históricas da esquerda brasileira: dinheiro público para a escola pública. “Confesso que a proposta surpreendeu-me não pelo seu conteúdo em si, mas por ter sido concebida e formulada por um governo do Partido dos Trabalhadores”, afirma o ex-ministro no artigo. “A surpresa não está na proposta, está nos seus autores”, complementa.



CONSENSO Segundo João Ribeiro, prefeitos esperam ampliação de recursos

## João Ribeiro defende reivindicações dos municípios

O senador João Ribeiro (PFL-TO) defendeu ontem a aprovação da segunda fase da reforma tributária com o objetivo de beneficiar os municípios. Ele registrou a VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, ocorrida na semana passada, com a participação de cerca de 2 mil prefeitos.

De acordo com o senador, já foram negociados no ano passado o acréscimo de 1% na participação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

sobre o Imposto de Renda e sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); a criação de um fundo de R\$ 3 bilhões para o FPM no período 2005 e 2006 e a limitação do pagamento de precatórios a 2% da receita corrente líquida dos municípios.

João Ribeiro lembrou também que estão à espera da aprovação do Senado propostas que trarão avanços reivindicados pelos municípios. Ele citou a proposta de emenda constitucional (PEC 228/04) que trata das propostas apresentadas pelos municípios à reforma tributária; o projeto de resolução do Senado (PRS 57/03) que autoriza a cessão a instituições financeiras da cobrança da dívida ativa dos municípios, com modificações na sua redação de forma a não caracterizar tal operação como endividamento; e a PEC 320/96 que estabelece que o julgamento dos prefeitos deverá ser procedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O senador destacou que o encontro dos prefeitos também obteve consenso em torno da ampliação dos recursos destinados aos municípios a serem administrados localmente. Em aparte, os senadores peemedebistas Ramez Tebet (MS) e Mão Santa (PI) se associaram às palavras de João Ribeiro.

## Jonas defende a permanência do ministro da Agricultura

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu ontem em Plenário a permanência do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, no governo Lula. Apesar de não pertencer à base de apoio do governo, Jonas Pinheiro se disse preocupado com o país e com o sucesso da agricultura. Para ele, o agronegócio corre riscos diante de uma possível saída de Rodrigues, após a divulgação, pela imprensa, de que ele teria insultado o ministro do Planejamento, Guido Mantega, depois de esperar por mais de seis meses para ser recebido pelo colega de ministério.

Segundo Jonas Pinheiro, o setor do agronegócio tem confiança na competência de Roberto Rodrigues.

– Não sou de uma oposição que diz “quanto pior, melhor”. Penso no país. A presença do ministro é importante por ele ser conhecedor da área. É um eminente técnico, que fundou as cooperativas agrícolas no Brasil, além de ter forte sustentação na área do agronegócio – afirmou, lembrando que o ministro da Agricultura foi também presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Associação Cooperativa Internacional, que tem mais de um bilhão de associados.

Jonas disse que a escolha de Rodrigues para o ministério foi uma decisão inteligente do presidente Lula, assim como foram acertadas, a seu ver, as indicações de Luís Fernando Furlan para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a de Celso Amorim, para as Relações Exteriores, e a de Henrique Meirelles, para o Banco Central.

Em aparte, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Heráclito Fortes (PFL-PI) elogiaram o discurso de Jonas Pinheiro.



**APOIO** Para Jonas Pinheiro, Roberto Rodrigues tem forte sustentação do agronegócio

# Tebet cobra dos deputados votação da emenda paralela

**Senador apela a lideranças para que honrem compromisso e decidam logo sobre a matéria**

O Senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou, ontem, da Câmara dos Deputados a imediata votação da proposta de emenda paralela que atenua dispositivos da reforma previdenciária com relação aos servidores públicos.

– Há gente dizendo que o relator, deputado José Pimentel (PT-CE), não tem boa vontade para agilizar a tramitação da PEC paralela. Eu, porém, digo que não se trata de boa vontade, é uma questão de “fio de bigode”: houve um compromisso no Parlamento e acordo feito entre congressistas não se



**DECISÃO** Ramez Tebet diz que aprovação da proposta depende da vontade do governo

discute mais, se cumpre com celeridade.

Tebet observou que, em reunião com líderes de todos os partidos no Senado, ficou sacramentado o acordo garantido pelo líder do governo no Se-

nado, Aloizio Mercadante (PT-SP), que falou pelas lideranças na Câmara dos Deputados.

– Mesmo não sendo líder, participei da reunião. Como eu, muitos mudaram seus votos levando à aprovação da reforma previdenciária, por confiar no acordo garantido por Mercadante. Houve uma convocação extraordinária do Congresso em janeiro/fevereiro, com o carro-chefe da aprovação da PEC paralela. Já estamos terminando o mês de março e a proposta não foi mexida – observou o senador.

Ramez Tebet afirmou não ter dúvidas de que, se o governo quiser a aprovação da proposta de emenda paralela tem poderes para tanto. Por isso, pediu a Mercadante e as lideranças na Câmara dos Deputados que honrem o compromisso firmado e votem a matéria.



**DEBATE** Paim (C) discute PEC e reforma do Judiciário em encontro com representantes dos magistrados

## Paim vai procurar líderes governistas para evitar “mutilação” da proposta

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou ontem que vai procurar os líderes do governo na Câmara para discutir a proposta paralela da Previdência, que tramita em comissão especial daquela Casa.

Paim afirmou que tomará essa iniciativa para evitar “qualquer surpresa” em relação ao texto final que será votado pelos deputados, diante de alerta do representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto Queiroz, quanto à possibilidade de apresentação de emenda substitutiva global alterando pontos importantes da proposta encaminhada pelo Senado no fim do ano passado.

Para o senador, é possível haver ajustes na proposta de

emenda paralela, conforme acordo entre os líderes da base do governo, no que diz respeito à definição do teto e do sub-teto dos servidores do setor público, para evitar “abrir espaço para os chamados marajás”. Mas, conforme ressaltou, não aceitará mutilação da proposta já aprovada no Senado.

Ele disse ainda esperar que a PEC paralela seja promulgada no dia 1º de maio, como homenagem aos trabalhadores. Na sua opinião, se a proposta não for aprovada até o fim do primeiro semestre deste ano, dificilmente será votada pelo Congresso, o que representará rompimento de acordo.

A emenda paralela e a reforma do Judiciário foram os assuntos debatidos ontem entre

Paim e os presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Cláudio Baldino Maciel; da Associação de Juizes do Rio Grande do Sul, desembargador Carlos Rafael dos Santos Junior; da Associação dos Membros do Ministério Público do Rio de Janeiro, Alex Sandro Teixeira da Cruz, além do representante do Diap.

### Judiciário

O senador disse que repassará ao relator da reforma do Judiciário na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), José Jorge (PFL-PE), os principais pontos tratados no encontro. O objetivo é oferecer contribuições para reduzir a demora nas decisões de interesse dos trabalhadores.



**SUCESSO** Empresa promove revolução tecnológica no campo, destaca Valdir Raupp

## Raupp elogia apoio da Embrapa ao agronegócio

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) aos avanços técnicos fundamentais para o sucesso do agronegócio brasileiro, que em 2003 exportou o equivalente a US\$ 30 bilhões – ou 42% do valor total das exportações.

Segundo o parlamentar, uma revolução no campo levou ao aumento constante da produtividade, por meio do desenvolvimento de novos cultivos, o aperfeiçoamento de métodos de aplicação de insumos agrícolas, o plantio direto, a conquista do cerrado e a incorporação da Amazônia como fronteira agrícola.

Em cooperação com instituições estaduais de pesquisa, universidades e entidades privadas, a Embrapa vem fazendo avançar a tecnologia utilizada pelos grandes produtores. No entanto, ressaltou, a empresa não deixa de lado os pequenos, em especial aqueles que se encontram nas regiões Norte e Nordeste, e que ainda não conseguiram experimentar o sucesso obtido pelos que estão na ponta do sistema.

– Os agricultores brasileiros produzem mais de 130 milhões de toneladas de grãos. Esse é um exemplo claro da vitalidade do campo, da sua capacidade empreendedora, beneficiada por políticas corretas adotadas pelo governo Lula, especialmente pelos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – afirmou.

O senador chamou a atenção para o problema da biossegurança, que é objeto de projeto em tramitação no Senado (PLC 9/04). Raupp defende que a instância adequada para a liberação de produtos transgênicos é a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).



**INEDITISMO** Paim comenta primeira greve da Brigada Militar do Rio Grande do Sul

## Paim pede diálogo do governo com grevistas

O senador Paulo Paim (PT-RS) conclamou os governos federal e estaduais a dialogarem com os trabalhadores em greve em todo o país. Ele observou que são muitas as categorias em greve, desde agentes da Polícia Federal, fiscais federais do setor agropecuário, auditores, advogados da União, procuradores e, desde ontem, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que iniciou inédita "operação-padrão".

Paim disse que a Brigada Militar

não está sozinha, informando que há um movimento no estado, que inclui a Polícia Civil, por melhorias salariais para os funcionários da área de segurança pública.

O senador fez apelo ao governador Germano Rigotto (PMDB) para que busque o diálogo com os policiais. Paulo Paim afirmou estar ciente das dificuldades financeiras pelas quais passa o estado e se ofereceu para intermediar ações, com o governo federal, para agilizar os repasses de

créditos de exportação e previdenciários a que o governo estadual tem direito.

O parlamentar relatou, também, o êxito da realização da Marcha contra a Impunidade, a Violência Policial e o Racismo, realizada no domingo, em São Paulo. Mais de 4 mil pessoas percorreram as ruas da cidade e entregaram ao comando da Polícia Militar paulista carta aberta exigindo a adoção de uma política de combate ao racismo.



**POESIA E POLÍTICA** Lembrando Gonzaguinha, Mão Santa afirma que sem trabalho não há honra

# Alvaro Dias: o Primeiro Emprego pagou apenas um salário até agora

## Só a criação de empregos pode resolver crise, diz Mão Santa

**Só um trabalhador da Bahia teria recebido o benefício do programa do governo, ressalta senador**



**INSATISFAÇÃO** Alvaro observa que método se mostrou insatisfatório em outros países

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que "há uma indignação nacional" contra o governo federal por ter pago, até a última quinta-feira, um único salário de pessoa beneficiada pelo programa Primeiro Emprego.

– Segundo manchete do jornal *Folha de S. Paulo*, apenas o copeiro Renildo Santos Freire, de 21 anos, empregado em um restaurante de Salvador, teve o privilégio de receber dinheiro do Primeiro Emprego. É risível e dramático para o país. Melhor seria mudar o nome para "Programa Emprego Único" – salientou Alvaro Dias.

O senador sustentou que a

França e a Itália estão abandonando programas de incentivos ao primeiro emprego porque não oferecem bons resultados.

– Aqui, o governo tenta copiar um programa que já se mostrou insatisfatório em outros países. Mesmo assim, não consegue colocar o programa

em prática.

Alvaro Dias leu várias críticas feitas ao governo, no fim de semana, por pessoas como o cardeal Geraldo Majella Agnelo, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que comentou o aumento da pobreza no país, dizendo que agora se vê pelas ruas não pessoas "pobres", mas "miseráveis". O senador informou que, no fim de semana, dom Geraldo voltou a pedir mudanças radicais na política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Com este governo, cada dia aumenta a desesperança do povo. A cada dia aumenta a alegria dos banqueiros – lamentou.

Ele citou também as brigas internas do governo, especialmente a afirmação do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que chamou o ministro do Planejamento, Guido

Mantega, de "vagabundo" e chegou a usar palavrão, porque não conseguiu ser recebido pelo colega para tratar de liberação de verbas que pudessem evitar greves de fiscais agropecuários.

Alvaro Dias criticou o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), por manter a diretoria do Porto de Paranaguá, "apesar de a cidade inteira, os agricultores, os fiscais e todas as categorias" reivindicarem a mudança. Por conta disso, há uma fila de 110 quilômetros de caminhões nas estradas usadas para levar grãos ao porto, paralisado nos últimos dias, em protesto.

O prejuízo para os agricultores, até agora, já chega a R\$ 1,6 bilhão, frisou o senador.

Existem ainda 55 navios ao largo do porto à espera do fim da greve, "cada um pagando muitas diárias mínimas de 10 mil dólares".

## Tourinho quer impedir que prejuízo de empresa seja descontado de salário

Projeto apresentado na semana passada pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) proíbe que os salários dos empregados sejam descontados quando a empresa em que trabalham sofre prejuízo. A proposta (PLS 39/04), que altera a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), visa impedir que categorias como as dos frentistas, cobradores de ônibus e caixas tenham seus rendimentos diminuídos quando recebem cheques sem fundos ou cartão clonado de fregueses ou

quando há assaltos nos estabelecimentos, explicou o senador em discurso ontem.

De acordo com Tourinho, ninguém ignora que esses trabalhadores são frequentemente obrigados a assinar notas promissórias e recibos em branco. Nessas circunstâncias, completou o senador, o risco do negócio passa a ser do trabalhador, quando deveria ser de responsabilidade do empregador.

Esse hábito, acrescentou, acaba por equivaler ao trabalho

escravo, especialmente num determinado mês em que o prejuízo devido pelo empregado superar seu rendimento mensal.

– Não nos parece justo que essa prática continue impune, uma vez que esses estabelecimentos dispõem de mecanismos de proteção como seguros, serviços de consulta a cheques etc. – afirmou o senador.

Segundo Tourinho, ele não tem a intenção de penalizar o empregador com sua proposta, uma vez que o projeto determi-



**JUSTIÇA** Tourinho compara prática contra funcionários equivalente a escravidão

na que as regras para o recebimento dos cheques, cartões de crédito e guarda de valores devem ser ditadas por normas a serem determinadas em acordo ou convenção coletiva.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) exortou ontem o governo Luiz Inácio Lula da Silva a priorizar a criação de empregos como forma de resolver a crise por que passa o país e dignificar as condições de vida dos brasileiros. A solução desse problema seria a missão histórica de Lula e a razão pela qual teria sido eleito. Lembrando ao presidente que já transcorreu um terço do seu mandato, o parlamentar piauiense sugeriu a Lula que "se livre do núcleo duro" do governo. Esse grupo seria insensível ao drama do desemprego e não compreenderia a resposta em bem-estar social decorrente da ocupação dos cidadãos com atividades produtivas. – Sem o trabalho, o homem não tem honra – recitou o senador, observando os versos de Gonzaguinha interpretados por Fagner. O recurso poético e a preocupação de Mão Santa com o lado humano do trabalho foram elogiados pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF), que, no entanto, defendeu a manutenção da política macroeconômica. Mão Santa considera essencial que o país cresça a uma taxa de 5% ao ano para poder gerar 1,5 milhão de novos empregos a cada ano e assim absorver a mão-de-obra dos jovens.

Mas lamentou que, até o momento, o PT tenha apenas adotado políticas que na prática significam a mudança do lema da Bandeira Nacional de "Ordem e Progresso" para "Desordem e Regresso".



Fotos: Roosevelt Pinheiro  
**VANGUARDA** Duciomar afirma que partido sempre esteve à frente das lutas democráticas

## Duciomar assume cargo de líder do PTB no Senado

Ao assumir o cargo de líder do PTB no Senado, Duciomar Costa (PA) garantiu o apoio do partido ao governo dizendo que o PTB será “um aliado fiel, firme e propositivo, mas que não abrirá mão de sua autonomia e independência quando for necessário criticá-lo, como nunca se desobrigará de sua pauta de lutas pelos mais lídimos anseios do povo brasileiro”.

Duciomar Costa lembrou os 58 anos de atuação do PTB, em que o país atravessou sucessivas crises institucionais e fortes turbulências políticas e econômicas e o partido sempre esteve na vanguarda da restauração dos valores democráticos, da moralidade pública, do progresso sustentável, da promoção de justiça social e do fim das desigualdades regionais.

O senador pelo Pará lembrou que o PTB foi aliado de primeira hora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entendendo que o Brasil ansiava por mudanças estruturais profundas. Segundo o senador, foi “essa vocação iconoclasta do PTB contra os vícios da política brasileira, foi essa luta do partido pela transformação do Brasil que o levaram a ingressar em suas fileiras”.

Duciomar ressaltou que o presidente Lula, em seu primeiro ano de mandato, tem-se mostrado sensível aos históricos dissabores sofridos pelos estados das regiões Norte e Nordeste do país. Por essa razão, declarou, o PTB continua apoiando o governo, na luta pela consolidação de um Brasil mais solidário e menos propenso a crescer com concentração de renda.

## ACM apela à ANS para resolver conflito na Bahia

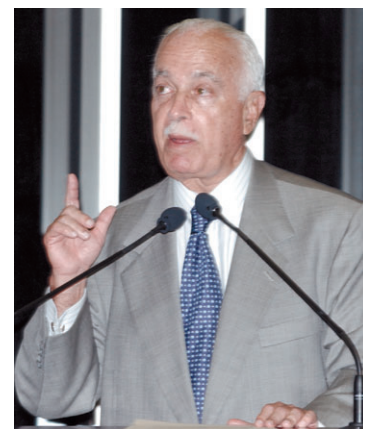
O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um apelo ontem para que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) assumira o comando das negociações entre os médicos baianos e as seguradoras que administram os planos de saúde da SulAmérica e do Bradesco. Segundo ele, os médicos têm cobrado dos clientes a diferença entre o valor da consulta e o repasse das seguradoras. “Ou paga, ou não há consulta”, informou.

Antonio Carlos disse que procedimentos médicos atualiza-

dos e avanços da medicina na última década não estão sendo inseridos nas tabelas de 1990 e 1992, o que tem prejudicado seriamente a qualidade do atendimento e colocado em risco a saúde da população. Ele acrescentou que a implementação desses procedimentos também coibiria a utilização de mecanismos de pressão que as seguradoras exercem sobre os médicos para a redução do número de exames.

– De 1994 a 2002, os honorários médicos não tiveram reajuste. Embora houvesse uma

pequena melhora em 2003, com um acréscimo de 17% no valor das consultas, os honorários médicos continuam defasados. Nesse mesmo período, no entanto, as seguradoras de planos de saúde reajustaram as mensalidades dos usuários em quase 200%, segundo dados do Dieese/Procon-SP. A necessidade de regulamentação de repasse automático desses aumentos aos médicos consta, inclusive, do relatório final da CPI dos Planos de Saúde da Câmara dos Deputados – observou o senador.



**DISPARIDADE** Segundo ACM, planos de saúde reajustaram mensalidades em quase 200%

## Mesquita Júnior cobra votação de 180 vetos presidenciais a leis

■ “Não sei qual a razão de nossa inércia. O meu receio é que sejamos acusados de incúria”

Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) cobrou dos deputados e senadores a votação, em sessão conjunta do Congresso, de aproximadamente 180 vetos do presidente da República a textos de leis aprovadas nos últimos anos. Um desses vetos já está quase completando dez anos e foi feito pelo presidente Itamar Franco, em 1994.

O senador leu o artigo 66 da Constituição, que trata dos vetos, observando que os parla-



**DECORO** Mesquita Júnior diz que seus questionamentos visam ajudar o Legislativo

mentares têm de se manifestar sobre os vetos 30 dias depois da comunicação feita pelo presidente da República. Esgotado

esse prazo, os vetos passam a sobrestar os outros projetos, até que eles sejam votados.

– Não sei qual a razão de nossa inércia. O meu receio é que sejamos acusados de incúria. Mas com que outro sinônimo poderemos qualificar essa injustificável omissão? – questionou o senador pelo Acre.

Mesquita Júnior apresentou requerimento à Presidência do Senado solicitando dados sobre os casos pendentes de suspensão da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. A Constituição determina que compete privativamente ao Senado suspender a execução de leis consideradas inconstitucionais pelo Supremo.

– Se a Casa considera que a

atribuição é irrelevante, nosso dever é o de tomarmos a iniciativa de emendar a Constituição, para transferi-la ao próprio pleno do Supremo Tribunal Federal. Caso contrário, não há por que deixarmos de cumprir, com zelo e urgência, essa obrigação – afirmou.

O senador lembrou os resultados de pesquisas de opinião que mostram “a revolta dos eleitores” contra atitudes dos congressistas. Destacou que esses resultados não permitem aos parlamentares ignorar o quanto com frequência se omitem de alguns de seus encargos. Mesquita Júnior disse que, ao fazer tais questionamentos, procurava zelar pelo prestígio, pelo decoro e pela dignidade do Legislativo.

## Ideli aponta boas notícias no cenário econômico



**AVANÇOS** Ideli destaca negociações com UE e retomada do crescimento

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), chamou ontem a atenção para boas notícias no cenário econômico. Avanços nas negociações do Mercosul com a União Européia, boas perspectivas para as exportações em 2004, retomada do crescimento econômico e reposição salarial até acima da inflação seriam algumas dessas novidades.

Ela lamentou que o debate em torno de temas polêmicos esteja impedindo os políticos de perceberem esses dados positivos. A senadora citou matérias de jornais para anunciar

que em abril a União Européia poderá aprovar a reserva de 30% das suas importações agrícolas para o Mercosul, que ainda poderá disputar com outros países fatia dos 70% restantes.

Também no campo do comércio exterior, a líder do PT citou o mais recente relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que aponta para o aumento das exportações da América Latina, com destaque para o Brasil. Esse incremento do comércio exterior na região estaria entre os fatores que levariam a um crescimento do Produto Inter-

no Bruto (PIB) da região de 4% em 2004, contra 1,5% em 2003.

Especificamente com relação ao Brasil, os sinais de retomada da economia estariam, entre outros, na reposição salarial. No quarto trimestre de 2003, justamente nos setores industriais com forte presença nas exportações, essa reposição teria sido integral, alcançando muitas vezes percentuais acima da inflação. No que se refere ao emprego, os levantamentos estatísticos e as declarações de líderes empresariais indicariam a possibilidade concreta de novas contratações.

**DIA DA ÁGUA** Senadores manifestam em Plenário preocupação sobre o desperdício dos recursos hídricos do país e pedem providências ao governo

## Governo Lula prepara plano de gerenciamento hídrico, diz Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) alertou em Plenário para o problema da qualidade da água e do saneamento básico no país. Ele anunciou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentará, por meio do Ministério das Cidades, plano de gerenciamento dos recursos hídricos, estabelecendo um marco regulatório para o setor de saneamento.

Tião Viana também registrou a passagem do Dia Mundial da Água, comemorado ontem. Ao elogiar a Campanha da Fraternidade de 2004, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tem como tema "Água, Fonte de Vida", o senador apontou para a necessidade de gerenciamento racional e da conservação dos recursos hídricos.



**URGÊNCIA** Segundo Tião Viana, país precisa investir R\$ 5 bilhões por ano em saneamento básico

– O governo Lula pretende pagar a dívida elevada da falta de água e saneamento básico para a população brasileira. Saneamento é componente fundamental da responsabili-

dade pública. Se não assumirmos a responsabilidade pública efetiva, pagaremos um preço muito alto – disse o senador, acrescentando que é preciso investir no setor pelo menos R\$ 5 bilhões por ano.

De acordo com Tião Viana, "40% da água servida à sociedade brasileira é de péssima qualidade" e 80% dos esgotos sanitários são despejados diretamente em lagos e rios, sem tratamento. Ele lembrou que 20% dos domicílios brasileiros não têm acesso à água e ao saneamento. O parlamentar ressaltou que as fontes de água têm sido contaminadas continuamente e que não há educação sanitária adequada. Conforme disse, no Brasil 97% da fonte energética é proveniente da água, quando, ao redor do

mundo, esse percentual não ultrapassa os 25%.

### Estratégia

Segundo o senador, o governo passado promoveu "ações tímidas" para melhorar a água consumida no país. Para ele, falta ao Brasil, historicamente, "uma definição clara e uma intervenção estratégica do poder público" em relação à qualidade da água e ao gerenciamento dos recursos hídricos.

Tião Viana alertou também para a questão da saúde pública, relacionada à má qualidade da água.

– Metade dos leitos hospitalares do mundo está ocupada por pessoas que são vítimas da crise da água – afirmou, explicando que a contaminação e a falta de água são as principais causas de mortes no planeta.



**SOBERANIA** Suplicy está preocupado com denúncias de ingerência em assuntos internos

## Suplicy quer ouvir ministros sobre ações do FBI no Brasil

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP), convidou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, a participarem de reunião, em data a ser fixada, para prestar esclarecimentos sobre reportagem publicada na revista *Carta Capital* sobre as atividades, no Brasil, do Federal Bureau of Intelligence (FBI), a polícia federal norte-americana. A reportagem apresenta indícios de ingerência do órgão norte-americano em assuntos internos do Brasil, observou o senador.

Para Suplicy, as declarações de Carlos Alberto Costa, ex-chefe do FBI no país, da revista são preocupantes e podem indicar ameaças à soberania e à segurança nacional. Suplicy também é presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência no Congresso, ligada à CRE.

Suplicy pediu que o ministro da Justiça venha acompanhado do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Paulo Lacerda.

## Eduardo propõe campanha educativa

Após lembrar que menos de 0,1% de toda a água da Terra está disponível para consumo humano, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu ao governo a realização de campanha educativa para que os brasileiros reduzam o desperdício e a poluição das águas.

– Em nosso planeta água, vemos a ironia da natureza: a água apropriada ao consumo humano é escassa. Cerca de 97,5% da água disponível na Terra estão nos oceanos e mares, ou seja, é salgada. Outros 2,4% são de água doce, mas se encontram em geleiras ou regiões subterrâneas de difícil acesso. Sobra, assim, modesto

0,1% para o consumo humano – observou.

O senador alertou para o fato de que, da quantidade mínima de água doce encontrada em rios, lagos e atmosfera, o homem está usando 74% na irrigação de plantações, 20% na indústria e apenas 6% no consumo doméstico.

Eduardo Siqueira Campos lembrou que até a Organização das Nações Unidas (ONU) já está prevendo guerras, neste século, por causa da água. Ele salientou que a falta do produto ou a sua baixa qualidade mata mais do que as guerras e a Aids. O senador lamentou que a Humanidade

continue a desperdiçar água, apesar dos alertas e advertências feitos durante a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. Eduardo Siqueira Campos saudou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por escolher a água como tema da Campanha da Fraternidade deste ano.

### Reserva

O Brasil, lembrou, conta com 12% de toda a água doce superficial do mundo. No entanto, 70% delas estão na Amazônia, enquanto os outros 30% têm de ser distribuídos com o resto do país, onde estão 90% dos brasileiros. Ele manifestou



**EDUCAÇÃO** Para Eduardo, é preciso reduzir o desperdício e a poluição das águas

apoio ao projeto do aviador Gerard Moss e sua mulher, Margi, que percorrem o Brasil em um hidroavião para coletar e analisar a água de mil rios e lagos do país.

## Paulo Octávio pede criação do Comitê do Rio Corumbá

No Dia Mundial da Água, comemorado ontem, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) solicitou à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, apoio para que seja criado o Comitê da Sub-Bacia do Rio Corumbá – da qual faz parte o Rio Descoberto – no âmbito do Comitê do Rio Paranaíba, criado por de-

creto em 16 de julho de 2002. Ele lembrou que existe um antecedente, que é o Comitê da Sub-Bacia do Rio Verde, criado no âmbito do Comitê do Rio São Francisco por decreto de 3 de dezembro de 2003.

Paulo Octávio acredita que, com a criação do Comitê da Sub-Bacia do Rio Corumbá, o

Distrito Federal e Goiás, juntamente com governo federal, municípios, sociedade civil e usuários, terão condições de diagnosticar a situação atual dos recursos hídricos da Bacia do Corumbá e elaborar um plano de recursos hídricos. A medida, acrescentou, permitirá preservar o Rio Descoberto e os

demais corpos d'água do DF.

– O que ninguém poderia prever era o surgimento da cidade de Águas Lindas de Goiás, às margens do lago do Rio Descoberto, pelo lado do estado de Goiás, com 200 mil habitantes, ameaçando as condições sanitárias e a qualidade da água desse manancial – disse.



A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Eduardo Siqueira Campos e pela senadora Serys Slhessarenko